

# AS POLÍTICAS DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E PERSPECTIVAS DE TRABALHO PARA JOVENS RURAIS – UM ESTUDO DE CASO DE MATIPÓ, MINAS GERAIS

Débora Brandão de Paula  
Sheila Maria Doula

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil vem ao longo das décadas vivenciando uma realidade educacional limitada em termos de oferta e qualidade do ensino ministrado, situação que apresenta raízes históricas e que vai assumindo feições cada vez mais excludentes. O ensino direcionado para comunidades rurais não é exceção e apresenta arestas que resultam em obstáculos para formação profissional dos sujeitos que vivem nesse espaço. Frente a isso, Molina e Freitas (2011) destacam que a oferta educacional para o meio rural geralmente disponibilizada em maior escala somente para os anos iniciais do ensino fundamental configura-se em um problema alarmante.

A educação, como destaca Teixeira (2005), configura-se como elemento de inclusão social, visto que promove o desenvolvimento socioeconômico e cultural necessário às exigências da sociedade contemporânea. No mesmo raciocínio, Sen (2000) argumenta que o desenvolvimento de uma nação ocorre somente quando as “capacidades” e “liberdades” das pessoas são garantidas através de medidas que assegurem seus direitos, sendo um deles e de caráter essencial o acesso à educação de qualidade.

Dentre os níveis de ensino, compete destacar que vêm ganhando destaque as políticas de interiorização do ensino superior, que tiveram início na década de 1960 e se intensificaram nos anos 1990. No entanto, o impacto desse processo no meio rural ainda mostra-se distante, visto que até mesmo o ensino básico ofertado nesse espaço apresenta fissuras.

Compreendemos que esta realidade precisa ser problematizada, pois o acesso dos jovens rurais ao ensino superior se faz necessário para sua formação, o que pode resultar no desenvolvimento de suas comunidades, uma vez que, segundo Dourado (1998), esta é uma das metas da interiorização geográfica por meio da expansão desse nível de ensino em todas as regiões do país.

O problema da presente pesquisa surgiu devido à diminuição do número de jovens rurais de alguns municípios da microrregião de Manhuaçu – Minas Gerais que migravam para as cidades para cursar a educação superior nas cidades e que através do ingresso em uma Faculdade mais próxima de suas residências puderam continuar morando e trabalhando em suas comunidades rurais, acessando concomitantemente o ensino superior.

A pesquisa apresenta no primeiro capítulo uma discussão acerca dos processos desenvolvimentistas implementados após a II Guerra Mundial e de suas inferências no desenvolvimento rural e local. O segundo capítulo analisa o processo educacional como estratégia compreendida universalmente como forma de promoção da inclusão social, com destaque para o processo de expansão do ensino superior.

O terceiro capítulo aborda os processos educacionais, desde o ensino básico oferecido no meio rural até o ensino superior, observando suas implicações na vida do público juvenil. O quarto capítulo analisa o jovem rural e sua relação com os mecanismos educacionais e com o mercado de trabalho, investigando as influências que o processo de interiorização do ensino superior tem causado em suas vidas e em suas comunidades. O quinto e o sexto capítulo apresentam respectivamente os passos metodológicos desenvolvidos pelo estudo, bem como a descrição do lócus da pesquisa.

O sétimo capítulo, por sua vez, apresenta a discussão e análise dos dados observando as implicações da educação superior na vida do jovem rural, assim como as aspirações dos mesmos em permanecer ou não no meio rural, investigando também as suas perspectivas de trabalho. O oitavo capítulo é responsável pelas considerações finais que atestam os saldos

positivos do processo de interiorização do ensino superior no município de Matipó e em outros municípios da microrregião de Manhuaçu.

Especificamente procurou-se mapear e analisar as escolhas dos cursos superiores pelos jovens rurais, identificando suas aspirações referentes à conclusão do curso, bem como o interesse em permanecer ou não nas comunidades rurais e nos municípios. Buscou-se também analisar a avaliação dos jovens quanto às oportunidades regionais para a concretização de seus projetos profissionais, e as políticas públicas de acesso ao ensino superior utilizadas por eles.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa utiliza instrumentos de natureza qualitativa e quantitativa. O levantamento de dados ocorreu durante o segundo semestre de 2014. A pesquisa bibliográfica privilegiou de autores que apresentam discussões relativas às categorias analíticas do trabalho: Desenvolvimento rural, Inclusão social, Educação para o meio rural e Juventude Rural. Em um segundo momento realizou-se a análise de dados apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, Censo Nacional da Educação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério da Educação e Cultura – MEC, dentre outros.

O lócus da pesquisa foi constituído por uma instituição de ensino superior localizada na microrregião de Manhuaçu, especificamente no município de Matipó, Minas Gerais. Esse município foi escolhido em detrimento de outros, pois abriga em sua sede a Faculdade Univértix que apesar de ser inaugurada recentemente no ano de 2008, já atende um total de 1.644 alunos, sendo umas das instituições de destaque na região por viabilizar a presença de estudantes, da zona rural que se deslocam para realizar o curso e retornam diariamente para suas comunidades.

Foram aplicados 78 questionários para estudantes oriundos de vinte e seis municípios diferentes, e realizadas 2 entrevistas com o diretor geral da Faculdade e com o secretário da educação municipal. Os dados dos

questionários foram tabulados no Programa EXCEL viabilizando o processamento e análise dos mesmos.

### 3. RESULTADOS

Os dados coletados permitiram tratar de questões como educação, trabalho e inserção política, uma vez que estes necessitam estar interligados para a viabilização do desenvolvimento das pessoas e do seu meio de origem. Há um destaque para os dados que relatam as expectativas profissionais e de trabalho dos jovens rurais frente ao processo de interiorização do ensino superior, uma vez que este é o objetivo central da pesquisa.

Com relação ao público participante da pesquisa pôde-se observar que os jovens rurais vivenciam uma rotina de trabalho de 8 horas diárias, necessitando equilibrar esta com a vida acadêmica. Soma-se a isso as limitações salariais, visto que 71,4% dos participantes afirmaram receber apenas um salário mínimo. Para Brumer (2007), condições adversas de trabalho como jornada extensa e retornos salariais pequenos limitam os planos e sonhos de muitos jovens rurais podendo resultar na migração juvenil para os grandes centros urbanos.

Com relação ao histórico escolar apenas 2,5% receberam instrução escolar de setor privado, sendo que a maioria frequentou o ensino público ofertado integralmente no meio urbano. Esse dado pode encontrar justificava no baixo número de escolas rurais existentes e no processo vigente de nucleação que foi iniciado na década de 1960 (FERREIRA e BRANDÃO 2011), revelando-se ainda constante conforme mostrou o Censo da Educação 2012. A precarização do ensino básico no meio rural foi uma das maiores reclamações dos participantes, aparecendo como o quinto motivo que mais dificulta o acesso ao ensino superior, e sendo apontado em primeiro lugar, por 39%, como principal indicador que precisa ser melhorado para que mais jovens rurais acessem o ensino superior.

Compreendemos que o acesso à educação constitui-se em um direito que necessita ser assegurado, visto que segundo Sen (2000), as oportuni-

dades sociais, como o acesso à educação em seus diversos níveis é imprescindível para o desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade, sendo este considerado também um dos fatores responsáveis pela inclusão social (POCHMANN, 2005; RODRIGUES et. al., 1999; BONETI, 2006; SEN 2000 e 2001; SEN e KLIKSBERG, 2010 e Leal, 2004).

Analisando a forma de ingresso ao ensino superior 69,2% dos jovens da pesquisa estudam com auxílio de alguma política pública ou bolsa e 30,8 % não usufruem de nenhum tipo de benefício. As políticas de acesso mais utilizadas são respectivamente o Fies com 57,4% e o Prouni com 16,7%. Como destacam Corbucci et. al (2009), ao longo dos anos a visibilidade dos jovens no âmbito das políticas públicas educacionais aumentou, sobretudo, no que refere-se à ampliação e equalização das condições de acesso à educação. Segundo Franzoi (2011), essas ocorrências revelam um importante salto, mas não ocultam a necessidade de medidas que assegurem a permanência desses alunos nas instituições de ensino. Portanto, para que este processo cumpra a função de promover a inclusão social são necessárias reavaliações constantes em suas formas de atuação para que não haja ocorrências de mecanismos de inclusão injusta (SEN e KLIKSBERG 2010).

O ensino superior particular foi apontado pelos participantes como a opção mais viável devido principalmente a fatores como a existência de um número maior desses estabelecimentos, recebendo 34 apontamentos, seguido da dificuldade de acesso ao ensino superior público que recebeu 15 apontamentos.

O acesso ao ensino superior público mostrou-se muito distante da realidade dos participantes; para a maioria deles, representada por 51 apontamentos, os jovens rurais da microrregião de Manhuaçu não apresentam condições de competir por uma vaga nas universidades federais. Outro diferencial do ensino superior privado apontado pela pesquisa é a oferta do ensino noturno, pois de acordo com o Censo da Educação Superior 2013, as instituições públicas concentram apenas 30% de suas vagas no período noturno, já as privadas apresentam 73% de suas vagas nesse período aumentando assim as chances de acesso dos jovens rurais. Segundo Mezaes (2012), a continuidade dos estudos dos jovens rurais é influenciada

diretamente pela oferta do ensino noturno, visto que assim estes podem exercer suas funções durante o dia e frequentar a faculdade a noite.

O acesso à formação superior é compreendido pelos participantes como fator essencial para a obtenção de maiores oportunidades empregatícias, sendo apontado 67 vezes como a principal razão da realização de um curso superior. Para Guimarães e Júnior (2012) a valorização da educação e a associação desta com a inserção no mercado de trabalho é algo comum entre muitos jovens rurais. Para 39% dos participantes a ampliação de empregos nas zonas rurais e urbanas é um dos principais indicadores para que mais jovens rurais acessem o ensino superior.

A educação acrescida de oportunidades de emprego são, segundo Lopes (2013), uma necessidade indispensável para jovens rurais, pois segundo o autor a falta de domínios tecnológicos, de idiomas e novas linguagens vêm afastando estes das possíveis oportunidades que a reconfiguração das atividades rurais pode abrir.

A criação de postos de trabalhos no meio rural configura-se como fator essencial, uma vez que muitos dos participantes, número equivalente a 37,2%, apresenta o interesse em exercer a profissão no próprio município, não demonstrando intenção em migrar para os grandes centros urbanos. Esse desejo é ainda reafirmado pela motivação em organizar um empreendimento, sendo este o terceiro motivo apresentado pelos participantes para a realização do curso superior. Esta situação revela-se favorável à elaboração de oportunidades que permitam aos jovens exercer suas profissões na própria região.

Todavia, esta possibilidade aparenta estar sendo inviabilizada por aspectos como a falta de estímulo à participação deste público na agenda política da microrregião de Manhuaçu, visto que apontamentos afirmaram não haver oportunidades para que os jovens atuem politicamente e apresentem suas demandas; somente 6 apontamentos revelaram o contrário. Dessa forma, percebe-se a motivação dos jovens rurais em ampliar seus estudos e empregar os conhecimentos em seus municípios, possibilidade que se alicerçada por políticas adequadas, pode resultar no desenvolvimento regional.

## 4. CONCLUSÕES

É evidente o salto dado pelo Brasil em termos de oferta do ensino superior nas últimas décadas conforme discutido no decorrer da pesquisa. No entanto, a repercussão dessa expansão no meio rural configura-se ainda como uma incógnita frente à ausência de dados governamentais e a baixa quantidade de análises acadêmicas sobre o número de jovens rurais universitários.

Observamos o impacto positivo das instituições de ensino superior privadas no país. Segundo os participantes da pesquisa, estas instituições são mais acessíveis devido ao seu maior número e distribuição no território nacional, permitindo que mais indivíduos obtenham formação superior sem precisar migrar definitivamente para os centros urbanos. Verificamos que as políticas públicas também têm colaborado para a ampliação das oportunidades acadêmicas fazendo com que muitos indivíduos alcancem a oportunidade de ingressar nas faculdades, dentre eles muitos jovens rurais. No entanto, a pesquisa ressalta que é indispensável a elaboração de meios que assegurem a permanência dos discentes nas faculdades para que as demandas da vida universitária não resultem em uma inclusão injusta.

A criação de empregos nas comunidades rurais e nos municípios é destacada pelos participantes como um fator de suma importância, visto que a maioria apresenta a aspiração de atuar profissionalmente na própria região. Para eles, a oferta de trabalho asseguraria possibilidades de permanência em suas localidades de origem, o que segundo a bibliografia consultada surtiria efeito também no desenvolvimento regional que contaria com a oferta de profissionais que atendessem a sua demanda, amenizando assim o fluxo da migração juvenil em busca de emprego.

Essas colocações contrapõem a imagem do jovem rural como um indivíduo que anseia unicamente pela vida urbana e dialogam com as pesquisas que mostram o interesse dos mesmos em continuar residindo no meio rural desde que haja alternativas para que isso ocorra. Observamos que a academia demonstra ter compreendido as oportunidades que podem

advir da permanência do jovem, no entanto, torna-se necessário que o poder público amplie as oportunidades para que eles possam permanecer em suas comunidades e municípios, podendo assim desenvolver suas liberdades e capacidades.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONETI, L. W. Exclusão e inclusão social: teoria e método. *Contexto e Educação*. Editora Unijuí, Ano 21, nº 75, 2006.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Orgs). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- CORBUCCI, P. R.; CASSIOLATO, M. M.; CODES, A. L.; CHAVES, J. V. Situação educacional dos jovens brasileiros. In *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília : Ipea, 2009.
- DOURADO, L. F. Expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás nos anos 80: *A parceria com o poder público municipal*. In: IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas história, Sociedade, Educação. Campinas São Paulo. 1998.
- FERREIRA, F. J.; BRANDÃO, E. C. Educação do Campo: Um olhar histórico, uma realidade concreta. *Revista Eletrônica de Educação*. Ano V. Nº. 09, 2011.
- FRANZOI, N. L. Juventude, trabalho e educação: crônica de uma relação infeliz em quatro atos. In: Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades* / Organizadores: Juarez Dayrell, Maria Ignez Costa Moreira, Márcia Stengel. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.
- GUIMARÃES, S. JÚNIOR, A. F. *Ser jovem no Brasil: trajetórias juvenis no campo e na cidade* Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2012.
- LEAL, G. F. *A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú- MG, Brasil, 2004.
- LOPES, K. C. D. *Juventude rural, tecnologia e trabalho: as demandas de qualificação e domínio tecnológico para a inserção laboral no rural*

- multifuncional – Jeceaba. Universidade Federal de Viçosa. Dissertação de Mestrado, 2013.
- MENEZES, A. E. N. *Perspectivas da juventude rural no ensino superior*. VI colóquio internacional. Educação e contemporaneidade. São Cristovão – SE/Brasil, 2012.
- MOLINA, M.C.; FREITAS, H.C.A. *Avanços e desafios na construção da educação do campo*. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, 2011.
- POCHMANN, M. *Atlas da exclusão social*. Volume 5: Agenda não liberal da inclusão social no Brasil. Marcio Pochmann.(et al.), (organizadores). São Paulo: Cortez, 2005.
- RODRIGUES, E. V.; SAMAGALHO, F.; FERREIRA, H.; MENDES, M. M.; JANUÁRIO, S. *A pobreza e a exclusão social: Teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*. Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, 09, 1999.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SEN, A. e KLIKSBERG, B. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEN, A. K. *Desigualdade reexaminada*. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STROPASOLAS, V. L. *A dimensão da diversidade social na abordagem das crianças e jovens rurais*. In: XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia, Santiago – Chile, 2013.
- TEIXEIRA, C. *Educação e inclusão social? Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea*. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte-MG. ISSN: 2236-6636, 2005.

---

Agência Financiadora da Pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Banca: Alair Ferreira de Freitas e Luciano Rodrigues Costa.